(CON)TEXTO, REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O *ETHOS* DO/A ATIVISTA LGBT DE ARACAJU/SE¹

(CON)TEXT, REFERENCING AND ARGUMENTATION: A STUDY ON THE *ETHOS* OF THE LGBT ACTIVIST FROM ARACAJU/SE

Samuel de Souza Matos²
Geralda de Oliveira Santos Lima³

RESUMO: Este trabalho busca articular os estudos da referenciação e da argumentação retórica com abordagens atuais de contexto em Linguística Textual. O objetivo é analisar a construção do *ethos* discursivo (AMOSSY, 2018) do/a ativista LGBT de Aracaju/SE no contexto de suas práticas político-identitárias. Com base no método observacional (PRODANOV; FREITAS, 2013) e numa metodologia de base qualitativa e descritivo-interpretativista (GIL, 2002; CAVALCANTE *et al*, 2016), o *corpus* analisado e transcrito foi constituído por meio de entrevistas abertas, focalizando-se a pauta da luta contra a LGBTfobia. Assim, sob uma perspectiva sociocognitiva e retórico-discursiva da linguagem e a abordagem assimilacionista (SEFFNER, 2011) sobre a comunidade LGBT, o artigo justifica por que os diálogos teórico-metodológicos e o engajamento político do/a pesquisador/a são produtivos para o aperfeiçoamento dos estudos contemporâneos do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo LGBT. Contexto. Argumentação. Referenciação. *Ethos*.

ABSTRACT: This work seeks to articulate the studies of referencing and rhetorical argumentation with current approaches to context in Textual Linguistics. The objective is to analyze the construction of the discursive *ethos* (AMOSSY, 2018) of the LGBT activist from Aracaju/SE in the context of their political-identity practices. Based on the observational method (PRODANOV; FREITAS, 2013) and a qualitative and descriptive-interpretative methodology (GIL, 2002; CAVALCANTE *et al*, 2016), the analyzed and transcribed *corpus* was constituted through open interviews, focusing on the agenda of the fight against LGBTphobia. Thus, from a socio-cognitive and rethorical-discursive perspective of language and the assimilationist approach (SEFFNER, 2011) about the LGBT community, the article justifies why the theoretical-methodological dialogues and the political engagement of the researcher are productive for the improvement of contemporary text studies.

KEYWORDS: LGBT activism. Context. Argumentation. Referencing. *Ethos*.

¹ Artigo recebido para avaliação em 18/08/2020 e aceito para publicação em 05/10/2020.

² Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Endereço eletrônico: ssmatos20@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0167-6005>.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS. Endereço eletrônico: geraldalima.ufs@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5193-7958>.

Considerações iniciais

Na conjuntura dos movimentos sociais, o uso da linguagem faz-se evidente e relevante, constituindo uma prática social baseada em valores, crenças, ideologias e visões de mundo de grupos específicos. Em diversas situações enunciativas, por meio do *ethos*, do *logos*, do *pathos* e/ou outros aspectos linguístico-discursivos, ativistas desses movimentos combatem discursos hegemônicos e lutam por mudanças sociais que lhes garantam mais direitos e oportunidades de participação cidadã. No que tange aos embates político-identitários do movimento LGBT⁴ contemporâneo, as pesquisas no âmbito acadêmico pouco privilegiam a análise de textos produzidos por seus ativistas e a construção do *ethos* discursivo (AMOSSY, 2018) desses sujeitos, sobretudo, na cidade de Aracaju/SE.

Diante desse panorama, buscamos responder a seguinte questão de pesquisa: que *ethos* discursivo coletivo é indiciado por processos referenciais (MONDADA; DUBOIS, 2003) e estratégias argumentativo-retóricas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) no discurso do/a ativista LGBT de Aracaju acerca de suas práticas político-identitárias? Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo consiste em investigar os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas que indiciam a construção do *ethos* discursivo coletivo do/a ativista LGBT de Aracaju, contribuindo para o diálogo entre a Linguística Textual, a teoria da Argumentação Retórica e os estudos sobre ativismos sociais. O lugar do contexto, neste estudo, é tributário de Hanks (2008) e sua articulação dos aspectos situacionais com os elementos sócio-históricos, e de van Dijk (2012), com o enfoque na dimensão contextual como cognição social em movimento.

Para essa empreitada, os aportes teóricos da referenciação, da argumentação e do *ethos* são concebidos sob as perspectivas sociocognitiva e retórico-discursiva dos estudos linguísticos, apostando no uso do método observacional (PRODANOV; FREITAS, 2013) e numa metodologia de base qualitativa, descritiva e interpretativista (GIL, 2002; CAVALCANTE *et al*, 2016), a fim de

⁴ Referência genérica para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Foi a expressão determinada e legitimada pela 1ª Conferência Nacional LGBT, em 2008, no Brasil, e, além disso, é a mais recorrente nas práticas político-identitárias do ativismo LGBT em Aracaju/SE.

se analisar o *corpus* (entrevistas abertas) constituído em colaboração com duas entidades LGBT aracajuanas. Além disso, nosso empreendimento teórico-analítico incide sobre a abordagem assimilacionista (SEFFNER, 2011) acerca da comunidade LGBT, compreendendo, pois, o recorte das lutas cotidianas de ativistas pelo respeito à diversidade sexual e de gênero e pela conquista de direitos humanos e civis numa ótica hegemônica.

Dividimos a nossa discussão em três principais momentos: no primeiro, efetuamos um percurso histórico das práticas político-identitárias do ativismo LGBT aracajuano; no segundo, discorremos sobre os objetos teóricos selecionados; no terceiro e último, procedemos à análise do *ethos* discursivo do/a ativista LGBT de Aracaju/SE.

O ativismo LGBT na cidade de Aracaju: gênese e práticas político-identitárias

Em *Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)*, Melo (2013) afirma que o primeiro movimento organizado em terras sergipanas foi o *Grupo Dialogay de Sergipe* (GDS), criado no dia 14 de março do ano de 1981, no Centro da cidade de Aracaju. O autor relata que a vinda do presidente e fundador do *Grupo Gay da Bahia* (GGB) a Sergipe foi o que contribuiu para a criação do *Dialogay*. Formou-se a primeira entidade LGBT com um grupo de amigos que tinham se conhecido em pontos de sociabilidade LGBT da época, tais como praças, sorveterias, bares, etc. A maior parte dos seus integrantes pertencia à classe média baixa e vinha de origens sociais muito simples (COSTA; MELO, 2014).

O grupo *Dialogay* tinha como objetivos iniciais realizar atividades diversas para angariar fundos e ajudar homossexuais que viviam em zonas periféricas da cidade de Aracaju (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1981 *apud* MELO, 2013). Algumas pautas de luta relevantes naquele período para o *Dialogay* consistiam em: a) dar visibilidade ao público gay na capital; b) lutar pela liberdade homossexual; c) construir uma identidade política para as pessoas LGBT no movimento. Por meio da arte, da “desmunhecação”, do escândalo e da autoafirmação pública, os/as ativistas desse grupo buscavam construir na sociedade imagens respeitáveis pela via daquilo que era considerado transgressão (MACRAE, 1982 *apud* MELO, 2013).

Foi na segunda metade da década de 80 do século XX que a epidemia do HIV/AIDS provocou mudanças nas ações de ativistas LGBT em Sergipe. Direta ou indiretamente, a epidemia que se alastrou por toda a década possibilitou gradativamente as formas de ação do movimento com as políticas públicas que foram sendo criadas em articulação com o estado para atender à população. Comenta Melo (2013) que, em 1989, foi criado pelo presidente do *Dialogay* o Comitê de Apoio às Vítimas da AIDS (Coavita), que intensificou as ações em prol da prevenção por meio de divulgação de cartazes, palestras, distribuição de preservativos, etc. Ao comemorar dez anos de existência, o *Dialogay* realizou a campanha contra a “Violência Anti-Gay” em virtude do grande número de agressões, estupros e assassinatos contra pessoas LGBT no estado sergipano. Aí começa a se desenhar efetivamente a luta contra a homofobia e, anos mais tarde, contra a LGBTfobia.

De acordo com Menezes (2018), outras ações realizadas pelo *Dialogay* e pelo *Grupo Homossexual do Bugio* (instituído legalmente na zona periférica de Aracaju, em agosto de 2001) foram festas populares como “Garoto Sexy”, “Gaymes”, “1ª Parada da Paz”, “Fest Gay de Sergipe”, “Fest LGBT do Bugio”, dentre tantas outras, nas décadas de 80 e 90. O primeiro casamento LGBT foi feito em comemoração aos quinze anos de existência do *Dialogay*, por ocasião do projeto de lei nº 1.151/95 da ex-deputada do PT, Marta Suplicy, em 27 de março de 1996. O fato provocou polêmica no estado e foi criticado por determinados membros do governo municipal de Aracaju.

Como vemos, muitas foram as ações político-identitárias e conquistas do *Dialogay* na capital sergipana. Por razão de algumas irregularidades financeiras, o grupo acabou sendo extinto no ano de 2003. Mas deixou muitos frutos em termos de ativistas sérios/as e outras ONGs comprometidas com as lutas em prol da população LGBT em Aracaju, por exemplo: i) Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Sergipe (ADHONES); ii) Grupo Homossexual do Bugio; iii) Grupo Axé Kizomba; iv) Associação de Travestis Unidas (UNIDAS); v) Grupo Athena; vi) Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS); vii) Grupo ASTRA; viii) Mexam-SE; ix) Associação e Movimento Sergipano de Travestis e Transexuais (AMOSERTRANS); x) CasAmor LGBT; dentre outros.

A ASTRA e a ADHONES fortaleceram a Parada do Orgulho LGBT, cuja primeira edição ocorrera em 28 de julho de 2001. O evento conta com seminários, palestras, oficinas temáticas e a própria festa de rua, compondo o que é chamado de “Circuito do Orgulho LGBT”. Além disso, essas duas instituições LGBT forjam alianças na organização de outros eventos, na participação em eventos nacionais, na articulação com os órgãos públicos e com parlamentares da capital e do estado na criação de políticas públicas e aprovação de projetos de lei em prol da população LGBT. Em consequência disso, algumas conquistas político-jurídicas são apontadas por Menezes (2018), dentre as quais, a instituição do Dia Municipal Contra a Homofobia (Lei nº 3.461/2007), a união estável entre pessoas do mesmo sexo/gênero (Lei Complementar 076/2008), o combate à LGBTfobia (Lei nº 3.723/2009) e o uso do nome social de transgêneros nos registros municipais (Decreto Nº 30.374/2016).

Referenciação na LT e *ethos* na argumentação retórica: questões (con)textuais

Nos estudos contemporâneos da Linguística Textual (doravante, LT), a noção de contexto assume particular relevância e aponta para a complexidade dos procedimentos analíticos do/a pesquisador/a, uma vez que os sujeitos sociais, quando produzem textos em situações enunciativas concretas, agem de forma sistematizada e orientada por propósitos comunicativos, conhecimentos prévios e imposições/restrições socioculturais (BENTES; REZENDE, 2017). Os pontos de partida para a análise são diversos, isto é, constroem-se por meio de trilhas interpretativas propiciadas pelos conceitos teóricos e pelas opções metodológicas selecionadas. Desse modo, o contexto fornece condições necessárias para as atividades de produção e compreensão de sentidos do texto.

As teorias sobre contexto são várias, e, no cenário atual, as vertentes de van Dijk e de Hanks têm respaldado grande parte das pesquisas em LT. Numa abordagem sociocognitiva do discurso, van Dijk (2012) concebe “contexto” como uma representação mental da situação social construída por parte dos interlocutores com base em seus esquemas mentais. Isto significa que o contexto não corresponde o entorno do texto (isto é, à situação comunicativa), mas uma percepção cognitiva elaborada pelos agentes

sociais no momento da interação. Como construtos (inter)subjetivos dos participantes, os contextos são experiências únicas, são amplamente planejados e possuem bases sociais, configurando-se numa cognição social em permanente movimento.

Já na antropologia linguística de Hanks (2008), o contexto é abordado com base em dois tipos: emergência e incorporação. Embora inicialmente compreendido como situação momentânea, o contexto de emergência apresenta um escopo bem maior que aquele onde o evento sociocomunicativo ocorre. Por seu turno, o contexto de incorporação não significa apenas uma operação de encaixamento de vários níveis do discurso num escopo maior, mas se trata das “condições sociais e históricas que são anteriores à produção do discurso e que o restringem” (HANKS, 2008, p. 121). Para este autor, um estudo produtivo do contexto faz-se a partir da ligação entre emergência e incorporação, e não isoladamente.

Segundo tais conceitos, entendemos o contexto não apenas como parte do evento sociocomunicativo (texto), mas também como um conjunto de conhecimentos, possibilidades e restrições diversas, o que significa dizer que ele é afetado pelo discurso e vice-versa. Como defende van Dijk (2012), o contexto é constitutivo e constituinte do discurso, de tal modo que não basta ao estudioso da linguagem apenas descrever ocorrências de propriedades atreladas ao contexto, mas, principalmente, explicá-las. É possível, portanto, articular as perspectivas dos dois estudiosos ao se assumir o contexto não apenas do ponto de vista do individualismo metodológico ou dos sistemas coletivos (HANKS, 2008), mas enquanto processo inerentemente tributário dos textos, numa visada sociocognitivo-discursiva ampla e para além de qualquer ato enunciativo localizado.

Dessa perspectiva, o estudo do texto com base nos parâmetros da referência merece destaque, visto que, mediante a passagem de uma abordagem essencialista (referência) para uma abordagem relativista no estudo das relações entre linguagem e realidade, as questões contextuais tornaram-se cruciais para a descrição/interpretação (CAVALCANTE *et al*, 2016) das estratégias de textualização dos sujeitos sociais. Para Mondada e Dubois (2003), a referência se reporta ao estudo de atividades humanas, cognitivas e linguísticas que atribuem sentido ao mundo por meio de práticas intersubjetivas, contradições de pontos de

vista, maleabilidade contextual e múltiplas versões da realidade. As categorias e objetos de discurso (referentes) são assinalados por “uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

Com base em Koch (2009), “referir”, “remeter” e “retomar” são atividades distintas realizadas na língua pelos sujeitos no uso/fabricação de objetos de discurso, sendo a primeira mais propensa à instabilidade referencial entre língua e realidade e as duas últimas relativas à dinâmica/processamento cotextual. Nessa visada, Cavalcante (2012) aponta a existência de três grandes processos referenciais que se atrelam principalmente à dinâmica do cotexto, mas que respaldam, também, as instabilidades referenciais e variações contextuais. São eles: i) introdução (responsável pela apresentação de referentes novos no texto); ii) anáforas (responsáveis pela continuidade referencial do texto); iii) dêixis (responsável por demarcar as coordenadas pessoais, locais, espaciais, temporais, etc. dos referentes textuais).

A autora em tela também apresenta três características centrais da referenciação: (re)elaboração da realidade, negociação entre interlocutores e trabalho sociocognitivo. Tais características estão diretamente associadas à noção de contexto global (HANKS, 2008; VAN DIJK, 2012) e à perspectiva retórica da argumentação que aqui adotamos. Esta última, compreendendo o contexto como formulado a partir de um problema, de um auditório e um conjunto de limitações e restrições, de acordo com Ferreira (2010), também lida com os pressupostos da instabilidade e das múltiplas percepções negociadas e mobilizadas pelos agentes sociais, tendo em vista que o discurso retórico se assenta no verossímil, no plausível, no preferível, no provável (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) e no horizonte da democracia (AMOSSY, 2018).

Nos embates argumentativos, contradições e conflitos coexistem entre os interlocutores devido às suas paixões, aspirações, sentimentos, valores, convicções e visões de mundo específicos. O *Tratado da argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) cumpre o objetivo de expor as bases da argumentação e um conjunto de técnicas argumentativas utilizadas na busca de adesão dos espíritos. Os parâmetros de investigação da argumen-

tação retórica compreendem os elementos do triângulo retórico (orador, auditório e discurso) e suas respectivas simbolizações (*ethos*, *pathos* e *logos*), bem como outros expedientes que contribuem para a tessitura dos textos.

Para levar a efeito o discurso retórico, o orador/enunciador deve partir de um acordo inicial com o auditório por meio de premissas, valores, hierarquias, lugares, etc. e fundamentar sua argumentação em figuras e tipos de argumentos. Ao procurar persuadir o seu auditório, o orador age estrategicamente, utilizando raciocínios e argumentos específicos, sempre com base num conjunto de expectativas, conhecimentos compartilhados e na(s) imagem(ns) que faz de si e/ou de seu auditório, seja este concordante ou discordante em relação ao seu posicionamento. Nesse sentido, a noção de *ethos* discursivo aqui assumida compreende “a imagem que o locutor projeta de si mesmo em seu discurso, tal como ela se inscreve na enunciação, mais do que no enunciado, e a maneira como ele reelabora os dados pré-discursivos” (AMOSSY, 2018, p. 91). No discurso retórico, o orador pode se basear nessa representação prévia que circula socialmente sobre sua pessoa com vistas a repeti-la ou transformá-la.

Levando em consideração o objeto empírico deste artigo, podemos dizer que ativistas de movimentos sociais são naturalmente sujeitos políticos, pois, em diversas situações de comunicação, visam defender seus pontos de vista, procuram combater discursos hegemônicos e lutam por mudanças sociais. O ativismo LGBT, por exemplo, tem por base um discurso centrado na diversidade sexual e de gênero e na igualdade de direitos humanos. As práticas sociais nas quais ativistas LGBT se engajam politicamente condizem a espaços institucionais e/ou públicos onde pode sempre haver um público ouvinte que discorde, adira ou aumente a adesão mediante a apresentação dos pontos de vista, dos valores e argumentos daqueles.

Nesse sentido, os textos persuasivos por eles produzidos constituem contradiscursos (FIORIN, 2018), procurando, assim, conquistar a adesão do(s) seu(s) auditório(s) seja pelas vias do *ethos*, do *logos* e/ou do *pathos*. Aqui, neste trabalho, cremos que os vários indícios textuais auxiliam o analista a desvelar o caráter do/a ativista construído no discurso, ou seja, o seu *ethos* discursivo, (re)elaborando representações sociais estigmatizadas sobre

ele/ela. Isso significa dizer que os processos referenciais podem servir para introduzir e retomar objetos de discurso, lugares, figuras e argumentos, bem como para localizar enunciadores, posicionamentos e realizar juízos de valor no tocante à construção dessa imagem discursiva, fazendo o texto progredir e erigir uma proposta de sentido contrária à LGBTfobia e ao discurso cisheteronormativo.

A construção do *ethos* discursivo do/a ativista LGBT de Aracaju

O método científico de procedimento escolhido para este estudo foi o observacional. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 37), “no estudo por observação, [o/a pesquisador/a] apenas observa algo que acontece ou já aconteceu”. Já do ponto de vista de seu objetivo, o trabalho caracteriza-se como descritivo, visto que procura descrever as características de determinado grupo social, comunidade ou fenômeno, bem como “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42). Dessa maneira, a abordagem do problema é qualitativa, pois leva em consideração a interpretação de um fenômeno e a atribuição de significados (PRODANOV; FREITAS, 2013) sobre ele, mediante a estreita relação entre o sujeito social e o mundo. Além disso, nosso procedimento analítico, também, assume um caráter interpretativista (CAVALCANTE *et al*, 2016), visto que consideramos a eficácia das intersubjetividades e os posicionamentos engajados dos interlocutores em situações enunciativas concretas, além da postura sociopolítica do estudioso do texto em sua prática analítica.

O *corpus* aqui analisado corresponde à coleta de dados de uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 2019 com ativistas LGBT de duas entidades LGBT de Aracaju/SE: i) ASTRA - Direitos Humanos e Cidadania LGBT; ii) Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES). Foram realizadas 03 (três) entrevistas, sendo estes os critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa: a) disponibilidade; b) organizações não governamentais (ONGs) com foco na população LGBT; c) foco no *ethos* coletivo do/a ativista LGBT.

As entrevistas foram abertas ou semiestruturadas (MARCONI; LAKATOS, 2017), dispondo de um roteiro cujo intuito era o de orientar a interação textual/discursiva entre pesquisador (P) e entrevistados/as (INF01, INF03 e INF04). O roteiro era composto por 07

(sete) questões que correspondiam a quatro pautas político-identitárias de ativistas aracajuanos/as: a) identidade LGBT; b) combate à LGBTfobia; c) luta pela visibilidade trans; d) luta pela conscientização da diversidade sexual e de gênero. Sendo assim, as entrevistas⁵ foram realizadas e gravadas, por meio de gravador de voz de telefone celular, em sala fechada com cada um/a dos/as ativistas.

Cabe ainda dizer que as transcrições das entrevistas foram feitas com base na Análise da Conversação (MARCUSCHI, 2007): escrita ortográfica (mas não rigorosamente, a ponto de mudarmos a estrutura das sentenças e dos períodos), troca de turnos de fala e atribuição de pausas (uso exaustivo de vírgulas e reticências). Ao cabo dessas considerações, selecionamos, para o presente artigo, apenas a segunda pauta político-identitária (combate à LGBTfobia). Vejamos:

(1) Em Sergipe, as instituições... elas têm as suas representatividades em órgãos públicos, que dão a cara pra poder se tornar legítima a luta em prol da LGBTfobia, né? Porque o combate não é só, como agora nós vemos a... criminalização da homofobia, que, recente, foi suspensa, infelizmente. [...] a sociedade civil e o poder público que devem... estar juntos na luta, né, em projetos de leis, [...] que eu acho que isso é essencial [...] E tendo a consciência que ser LGBT é um corpo político, diário, né, diário. [...] Já deveria, a meu ver, há muito tempo se tornado lei, crime, sim... né? Mas, infelizmente, por conta de tanta corrupção política, de tanta falta de respeito com a população LGBT... ainda não ganhamos essa luta. Mas vamos ganhar, né? Em outros países já é crime a... homofobia, a LGBTfobia, mas tudo é história, né? [...] Por que, hoje, nós não avançamos em todos os aspectos, não só na criminalização da homofobia, da LGBTfobia, né? Porque o Brasil... ainda não é um país desenvolvido, né? Não só desenvolvido, mas... onde as pessoas tenham a empatia de... se colocar no lugar do outro, né? [...] É... a gente tem que educar as pessoas para serem respeitadas, infelizmente. Né? Porque enquanto a gente não educar as pessoas pra respeitarem o outro, de como ele é, que é um direito, né? Eu sair com meu namorado, eu sair na rua e... dou um exemplo, assim como para um casal hétero, um casal homo, não é nada demais você sair de mãos dadas... na rua. (INF01)

⁵ As entrevistas ocorreram mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme o disposto na Resolução CNS n° 466/12 e com aprovação prévia do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 11885919.2.0000.8079 - Nº Parecer: 3.376.195).

Em (1), INF01 menciona a relevância da conquista de uma ação legal em âmbito federal e nacional. Várias introduções referenciais, anáforas e predicacões servem de base para a defesa do ponto de vista do ativista. A partir das expressões referenciais “as instituições” e “órgãos públicos”, a predicação “dão a cara”, cujas palavras são de uso coloquial, significa uma ação conjunta e consistente entre ativistas LGBT e setores públicos governamentais. Na sequência, após introduzir a expressão “a criminalização da homofobia”, INF01 a retoma tanto por meio de duas anáforas diretas de mesmo item lexical (“criminalização da homofobia”, “[criminalização] da LGBTfobia”) quanto a recategoriza por meio desta expressão: “essa luta”. Além disso, a construção argumentativa contrária à prática da LGBTfobia é efetivada, nesse fragmento, com o uso da anáfora recategorizadora “crime”, cuja carga avaliativa negativa remete à expressão referencial anteriormente mencionada “(d)a LGBTfobia”.

Percebemos que, na configuração textual de (1), INF01 imputa expressões referenciais de valor negativo à LGBTfobia, ao passo que direciona um olhar positivo para expressões que remetem à união das ações do movimento LGBT com os órgãos públicos da capital e do estado. O fato de, por exemplo, a criminalização da LGBTfobia ainda não ter sido aprovada até aquele momento da interação entre P e INF01 tornara-se condição suficiente para que este utilizasse o seguinte argumento de definição apoiado numa comparação: “o Brasil... ainda não é um país desenvolvido”. Com base em Aristóteles (2005), defende Fiorin (2018, p. 118) que “a definição consiste em declarar a essência de alguma coisa”. Porém, ao que tudo indica, o ativista parece declarar a base de uma essência incrustada à realidade brasileira, partindo da observação de um fator socioeconômico e cultural e justificando assim a possibilidade de insucesso na aprovação da lei em prol da segurança e garantia de sobrevivência da população LGBT.

Outra questão mostra-se relevante na análise da construção do *logos* e do *ethos* nesse discurso de INF01: a cumplicidade que estabelece com o auditório/pesquisador mediante o uso constante do termo “né” seguido de sinal interrogativo. Tais informações em destaque sinalizam uma proximidade e uma comunhão estabelecidas antes mesmo do contexto da entrevista gravada, assim como apontam para a existência de conhecimentos comparti-

lhados e de uma *doxa* comum entre os sujeitos da interação, revelando a pertinência do auditório homogêneo de Amossy (2018): o conjunto daqueles que pensam como o orador. Assim, o contexto retórico e sociocognitivo de realização da entrevista aberta permitiu que o orador/ativista modulasse seu discurso em face da bagagem cognitiva e das posições sociais do auditório/pesquisador.

Além disso, INF01 questiona as hierarquias concretas existentes entre “um casal hétero” e “um casal homo”, utilizando o argumento da regra da justiça por meio do seguinte trecho: “[...] assim como para um casal hétero, um casal homo, não é nada demais você sair de mãos dadas... na rua”. Esse trecho também constitui um argumento de ilustração, porquanto o ativista menciona um comportamento comum assumido por qualquer tipo de casal. Para INF01, portanto, a homoafetividade merece possuir o pleno direito da expressão pública, assim como o tem garantido a vivência da heterossexualidade. Podemos dizer ainda que esse ponto de vista também se baseia em uma presunção acerca do comportamento “normal” que é “sair de mãos dadas na rua” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996), obtendo-se esta conclusão: se isso é normal para casais heterossexuais, também o é para casais homoafetivos. Desse modo, INF01 situa o relacionamento não normativo na categoria do comportamento normalizado socialmente. Questões semelhantes às apontadas por INF01 são também objeto da argumentação de INF03 a seguir:

(2) Então, a forma de combater... eu nem sei se a gente teria uma forma de combater. A gente luta todos os dias, como eu disse, pra conseguir avanços nas políticas públicas, pra que melhore, pra que criminalize, mesmo sendo a nível municipal ou estadual... A gente tem leis aqui no município, né, que criminalizam quem discrimina a identidade de gênero em locais públicos e privados, então, assim, isso já dá um certo bloqueio, mas a gente tem um outro problema que é a falta de... eu não diria a falta de coragem, mas eu diria o medo, tipo, às vezes a gente recebe aqui meninas trans que foram agredidas, vêm e conversam com a gente, querem dar impulso, mas aí ficam com medo depois de dar prosseguimento, boletim de ocorrência e identificação, por medo de serem encontradas em outro ambiente, serem assassinadas, então, assim... é necessário gerar uma demanda, porque quando a instituição leva, por exemplo, a gente tem um vínculo muito bom com a secretaria de... com a Defensoria Pública e com a Delegacia de Aten-

dimento a Grupos Vulneráveis... Mas se eu não levo você lá, que foi agredido, que a pessoa está passando pela situação pra que você faça um boletim de ocorrência e permita que seja feita uma investigação da pessoa que te agrediu, da loja que te discriminou, eles não podem fazer nada. Eles não vão chegar lá só com o relatório institucional e “olha, a loja X tratou mal a pessoa tal que é pessoa trans e discriminou isso e aquilo”. Tá, a gente precisa que a pessoa venha aqui e faça o boletim de ocorrência, assine e isso e aquilo...” Então, precisa que as pessoas que passem por qualquer tipo, qualquer motivo de discriminação, seja do pequeno ao grande, ou agressão, ou passou dentro ou passou numa loja e foi chamada de bichinha, no mínimo, porque se a gente abaixa a cabeça ou deixa pra lá, e acontece com muitas meninas, e isso assim precisa ser ressaltado e informado sempre, é que muitas meninas chegam: “Ah, passei por isso e isso, ah, gente, não quero ir na delegacia não, deixe pra lá”. Então, sempre que deixa pra lá, é mais uma pessoa que está ali fazendo inferno na vida de LGBTs que está passando, que está continuando com os atos que está cometendo porque ninguém vai parar. (INF03)

Em (2), uma questão parece chamar mais a atenção de INF03: a denúncia da transfobia. Embora, inicialmente, ele pareça criar uma contradição entre a expressão nominal “uma forma de combater” e a afirmação “A gente luta todos os dias, [...] pra conseguir avanços nas políticas públicas”, o que nos faz identificar a anáfora indireta “leis [contra a discriminação por identidade de gênero]”, ancorada na expressão “avanços nas políticas públicas”, a sua argumentação se volta predominantemente para o auxílio que a sua entidade presta às pessoas trans no processo de denúncia da transfobia, haja vista a recorrência de expressões referenciais atreladas à população trans: “meninas trans”, “pessoa trans” e “muitas meninas”. Somente ao final do fragmento, a apresentação de duas expressões referenciais (“bichinha” e “LGBTs”) remetem, respectivamente, à categoria dos homossexuais afeminados e à população LGBT em geral, o que nos leva a inferir que o ativista se recordou do tema central naquele momento: combate à LGBTfobia.

As escolhas lexicais e o enquadre argumentativo desencadeados por INF03 vão focalizar a prática político-identitária da denúncia da transfobia no seguinte trecho: “[...] a gente tem um vínculo muito bom com a secretaria de... com a Defensoria Pública e com a Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis... Mas

se eu não levo você lá, que foi agredido, que a pessoa está passando pela situação pra que você faça um boletim de ocorrência e permita que seja feita uma investigação da pessoa que te agrediu, da loja que te discriminou, eles não podem fazer nada. [...]”. Aliás, segundo descreve o ativista, o ato da denúncia da transfobia não se limita apenas a prestar boletins de ocorrência nos órgãos públicos citados (Defensoria Pública do Estado e Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV), pois, sem o acompanhamento por parte da entidade LGBT, tal tipo de denúncia não seria levada em frente e/ou tal violência e o(s) seu(s) agressor(es) não passaria(m) por quaisquer investigações⁶. Daí a relevância social do ativista LGBT e de sua entidade na busca da reparação da violação de direitos LGBT, e, mais especificamente, do direito à segurança pública e à vida de pessoas trans. Na opinião de INF03, para que haja punição de pessoas LGBTfóbicas, de forma efetiva, “é necessário gerar uma demanda”, [pois, independentemente da falta de coragem ou medo em denunciar tais atos violentos], “sempre que deixa pra lá, é mais uma pessoa que está ali fazendo inferno na vida de LGBTs que está passando [...]”.

Semelhantemente ao que ocorre no discurso de INF01, em (1), o qual elenca a aprovação de leis (a exemplo da lei do nome social) e a luta pela criação de políticas públicas em articulação com os órgãos públicos municipais e estaduais, INF03 também faz menção, em (2), à luta pelos avanços nas políticas públicas que visem criminalizar, principalmente, os sujeitos sociais que discriminam, agridem e/ou assassinam pessoas LGBT nos espaços públicos e privados. Tais movimentos argumentativos vão criando, na mente do auditório, pelo menos uma imagem negativa das pessoas LGBTfóbicas e uma imagem positiva do ativista. Se, em (1), o *ethos* discursivo construído pode ser o do ativista lutador, em (2), ele é categorizado como alguém solidário e engajado na luta contra a homo/transfobia. Assim, o fragmento a seguir só vem a reforçar o mesmo *ethos* discursivo do ativista LGBT aracajuano, os mesmos argumentos e posicionamentos já enunciados:

⁶ Com base em consultas bibliográficas, análise de registros de vítimas de LGBTfobia em boletins de ocorrência (BO) e entrevistas com vítimas e assistentes sociais, em sua pesquisa *Os não recomendados: a violência contra a população LGBT em Sergipe*, Menezes (2018, p. 277) observa claramente “a forte presença da subnotificação, revitimização e impunidade desses casos na conjuntura sergipana e brasileira. Esses fenômenos se apresentam como um ciclo interligado que auxilia no processo de (in)visibilidade deste tipo de violência na sociedade sergipana além de auxiliar na questão da naturalização pela própria população LGBT...”.

(3) Então, é questão de conscientização. É uma questão de conscientização no sentido de que... a gente sabe que têm algumas leis que já criminalizam essa questão da homofobia, mas é algo ainda muito, é... municipal. Não é nacional, agora que, inclusive, o STF está levantando essa pauta pra conseguir criminalizar. Mas não é ainda o Brasil todo. São pontos específicos. Ou acho assim que a LGBTfobia não está só na agressão física. Está na agressão psicológica, nessa agressão simbólica, por exemplo, de você renegar os seus próprios filhos, renegar uma pessoa de ter um trabalho por ser transexual, ou até mesmo ser gay, não em um padrão heteronormativo, deve ser gay masculino e tudo, sendo que uma tendência é... ser um gay afeminado, e assim... esse é um tipo de agressão aí também. São agressões, afora as agressões verbais e tudo mais, mas também existe esse tipo de agressão, né, que é uma agressão simbólica e que, muitas vezes, dói mais, essa psicológica, dói mais que a própria agressão física. Entendeu? Então, assim, eu acho que o combate que a ASTRA tenta nesse sentido é conscientizar essas pessoas que, independente da orientação sexual e independente do gênero que a pessoa tem, ela tem a sua importância. [...] a ASTRA vem levantando posicionamento perante o legislativo, né, pra que se criem mais leis voltadas pra o público contra agressões, seja lá qualquer tipo de não reconhecimento, porque quando você não é aceito num órgão público, por exemplo, com seu nome social, isso é você ir de encontro a uma lei que existe aqui, que é a lei do nome social, que ela deve ser aceita nos órgãos públicos, ser chamada como a pessoa deseja. Então é assim, conscientizar nesse sentido, aos órgãos públicos, à sociedade, que existem leis que protegem sim, pra que isso não ocorra, pra que não haja agressão, seja moral, seja física, psicológica, é isso. (INF04)

Nessa entrevista (3), observamos que INF04 inicia seu texto com o uso das expressões referenciais “questão de conscientização” e “uma questão de conscientização”, as quais recategorizam a introdução referencial “o combate à LGBTfobia”, expressa na pergunta da entrevista. Lutar contra esse tipo de discriminação e violência, segundo o ativista, significa realizar ações de conscientização. Na sequência e ao final do texto, ele aponta a existência de leis municipais que criminalizam a homofobia/LGBTfobia, mas afirma que elas não são suficientes, pois não conseguem abarcar os índices de violência em funcionamento no país inteiro. Por essa razão, a exemplo do modo como já procederam outros informantes desta pesquisa, à época no processo de aprovação da criminalização da LGBTfobia pelo STF, INF04 também delega a

mesma importância a essa lei em âmbito nacional. Nesse contexto, a conquista dos direitos humanos LGBT pelo legislativo representa um valor importantíssimo do movimento.

Na progressão temática de (3), INF04 articula várias outras expressões referenciais à anáfora direta “a LGBTfobia”, estabelecendo entre elas relações meronímicas (parte-todo): “agressão física”, “agressão psicológica”, “agressão simbólica”, “agressões verbais” e “[agressão] moral”. Em consonância com Borrillo (2009, p. 43), a homofobia e, ampliemos, a LGBTfobia é um grave problema social, pois “constitui uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito pelo outro...”. Assim, existem vários tipos de homofobia, tais como a psicológica, a social, a geral, a específica, etc., que englobam os tipos citados por INF04. Se observarmos essas expressões de um ponto de vista retrospectivo, na linearidade cotextual, também veremos que a expressão “agressões” encapsula as que aparecem antes e as que são mencionadas depois. Por meio dessas expressões referenciais, o ativista utiliza a divisão do todo em partes como argumento na tessitura de sua argumentação, visto que fragmenta o todo (LGBTfobia) a fim de provar ou não a sua existência (FERREIRA, 2010). Desse modo, os tipos de agressão elencados por INF04 constituem a natureza da LGBTfobia.

Após defender esses posicionamentos com exemplos que incluem pessoas trans e homossexuais afeminados cujas famílias e o ambiente de trabalho os renegam e os discriminam, o ativista em questão menciona duas predicções sobre o referente “a ASTRA”: i) “a ASTRA tenta nesse sentido é conscientizar essas pessoas que, independente da orientação sexual e independente do gênero que a pessoa tem, ela tem a sua importância [...]”; ii) “a ASTRA vem levantando posicionamento perante o legislativo, né, pra que se criem mais leis voltadas pra o público contra agressões [...]”. São predicções que ilustram práticas político-identitárias realizadas pela entidade LGBT da qual faz parte e, além disso, apontam para uma comparação inevitável entre pessoas privilegiadas por sua sexualidade e gênero (pessoas cisheteronormativas) e aquelas desrespeitadas/violentadas em face de suas identidades não normativas (LGBTs). Também, a expressão referencial “a criação de políticas públicas” se ancora tanto em outras expressões no decorrer desse fragmento (3) quanto remete aos mesmos tipos de ações realizadas por INF01 e INF03 em suas respectivas

entidades. O mesmo *ethos* lutador, de (1), e solidário e engajado, de (2), é também construído em (3), significando que o/a ativista LGBT articula diferentes processos referenciais a várias estratégias argumentativo-retóricas na configuração de imagens discursivas positivas em torno de suas práticas político-identitárias.

Considerações finais

Neste trabalho, após articular as posições teóricas selecionadas na seção analítica, defendemos que o diálogo entre os processos da referenciação e as estratégias argumentativo-retóricas pode servir para uma análise criteriosa e produtiva da construção do *ethos* discursivo em quaisquer gêneros ou práticas sociodiscursivas. Cremos que os fatores ou critérios linguístico-discursivos de construção do *ethos* devam, pois, incluir a reelaboração dos sentidos e o trabalho sociocognitivo dos interlocutores em situações autênticas de interação. Por essa razão, o empreendimento analítico da LT, ao considerar uma abordagem global de contexto e permitir o engajamento político do/a pesquisador/a, pode ser bastante útil a uma análise mais aprofundada do *ethos* do/a ativista social, e, no nosso caso, do/a ativista LGBT.

Em nossa empreitada analítica, percebemos a relevância da aposta na noção de contexto aqui mobilizada, posto que, por um lado, utilizar-se de mecanismos ligados à situação momentânea direciona as trilhas interpretativas para recursos linguístico-discursivos em sentido estrito, e, por outro lado, também amplia o olhar do/a pesquisador/a para questões sócio-históricas, políticas e discursivas mais amplas, desconsideradas, muitas vezes, na maioria dos estudos em LT. Sendo assim, uma postura consciente frente aos problemas sociais emergentes em nossa cultura respalda coerentemente a feição científica que os estudos da relação entre linguagem e contexto devem ter.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.

BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato Cabral. Linguística textual e socio-linguística. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHABEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (Org.). **Linguística textual: interfaces e delimitações** – homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017. p. 258-301.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (Org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2009. p. 15-46.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* Desafios da linguística textual no Brasil. **Intersecções**, v. 18, n. 1, fev., p. 7-25, 2016. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1251/1134>. Acesso em: 20 jan. 2019.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; MELO, Marcos Ribeiro de. A luta contra a homofobia: das condições de constituição dos movimentos homossexual e LGBTTT em Sergipe. **TOMO**, n. 25, jul/dez., p. 267-296, 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3441>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANKS, William. O que é contexto? In: BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato Cabral; MACHADO, Marco Antônio Rosa. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008 [1989], p. 169-203.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MELO, Marcos Ribeiro de. **Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)**. 226f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MENEZES, Marcelo Lima de. **Avanços, lutas e desafios**: trajetórias do movimento LGBT de Sergipe. 151f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Inclusiva) - Faculdade Jardins, Aracaju, 2018.

MENEZES, Moisés Santos de. **Os não recomendados**: a violência contra a população LGBT em Sergipe. Aracaju: Edise, 2018.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade FEVALE, 2013.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro. (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 57-78.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.